PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS

funciona a confecção das leis municipais e que nesta oportunidade, trata-se de estabelecer metas que se pretende alcançar. Não será discutido o que teria de ser feito ou porquê não foi feito. Aberto as perguntas do público, o Coordenador da Defesa Civil no município, José Deuseni de Carvalho solicitou que fossem incluídos recursos no PPA destinados a Defesa Civil, sobretudo na questão da distribuição d'água e perfuração de poços artesianos como forma de amenizar os efeitos da seca que assola o município. Solicitou ainda que fossem incluídos recursos para a recuperação de estradas vicinais, ampliação da rede de energia elétrica e que fossem retiradas todas as gambiarras feitas nas instalações elétricas do município, segundo ele, isso representa um grande perigo para a população. Ao término da sua fala ainda solicitou cursos de capacitação para os servidores municipais, em especial, os que atuam na Defesa Civil. Com a palavra, o Senhor Prefeito Municipal, prometeu ampliar a área de atuação no que se refere ao combate a seca, bem como acabar com as gambiarras, haja visto, já haver recursos disponíveis, dado ao repasse da COSIP – Contribuição Social da iluminação Pública, que passará a ser feito regulamente pela Eletrobrás a partir do mês de setembro. O Secretário de Agricultura, Luiz Eduardo Rodrigues debateu sobre os recursos da Secretaria Municipal de Agricultura, sendo que ele não tinha visto previsão no investimento em agricultura até o momento, quando foi esclarecido pelo contador Edmilson Borges de Moura que todas as secretarias, órgãos, fundos e entidades da administração pública direta e indireta serão beneficiados com recurdos, tanto no PPA que é um plano de investimentos, quanto na LOA – Lei Orçamentária Anual, elaborada com base no PPA e na LDO. A Assistente Social do município, Larisse Rodrigues de Assis, perguntou quais eram os programas que poderiam ser aplicados os recursos a título de benefícios eventuais e, questionou se não poderia aumentar a porcentagem das receitas repassadas pela Prefeitura a Secretaria Municipal de Assistência Social. Foi esclarecido que os benefícios eventuais, como auxílio funerário, auxílio financeiro a pessoa carente, ajuda financeira para tratamento de homodiálise, etc., só poderão ser concedidos mediante lei que discipline a matéria. Quanto ao repasse da Prefeitura à Assistência Social, não há previsão constitucional para delimitar a porcentagem, no entanto, é sabido que a Câmara aprovou e o prefeito sancionou a lei do repasse, fixando em três por cento mensal do valor recebido do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, mensalmente. Dentre as reivindicações da assembleia, feitas por escrito, foram solicitados: maior investimento com segurança; melhoria na iluminação das vias pública; implementar recursos no PPA para criar o Plano Diretor; implementação do Plano Local de Interesse Social; fiscalização dos loteamentos urbanos; ampliação do saneamento urbano; parceria com o SEBRAE em apoio ao pequeno empreendedor; implantação de cursos profissionalizantes; criar lei de incentivo à cultura; calçamento de vias públicas; Implantação de área de lazer; jardinagem e melhoria de praça; ampliar e melhorar a rede de esgoto; construção de postos de saúde; fornecimento de água regular, principalmente na zona rural; construção de centro comunitário para realização de oficinas para atender a população; quebra-molas; implantação de políticas de combate às drogas; construção de campos de futebol; construção de escolas; aquisição de sementes, adubos e insumos; viveiros de mudas de cajú; funcionamento dos poços artesianos nas comunidades; valorizar e incentivar os microempreendedores; criação do plano de regulamentação dos loteamentos urbanos; reforma e construção de pontes de cimento e passagens molhadas; reforma e manutenção das estradas vicinais e abertura de novas estradas; aquisição de caminhão pipa; ampliação e reforma do mercado municipal, de acordo com as normas da vigilância sanitária; contratação de médicos especialista; reforma e ampliação dos cemitério públicos e privados do município; apoio a programas voltados para terceira idade e jovens; construção de sanitários públicos nas praças municipais; capacitação de servidores da educação e saúde; construção de centro de recuperação de drogados e viciados em geral; construção de quadras poliesportivas; revitalização dos campos de futebol na zona urbana e rural; construção da academia pública. A Secretária Municipal de Saúde, Daniela da Silva Leite Barros parabenizou a organização pela iniciativa e explicou que algumas reivindicações apontadas já estão sendo implementadas; esclareceu que o atendimento às especialidades está acontecendo conforme demanda da população, inclusive a academia popular já está pronta e em funcionamento. O Contador Edmilson Borges de Moura elogiou as propostas como exercício da democracia e frisou que algumas dessas propostas poderão não ser atendidas ou substituídas por outras consideradas mais urgentes. Nada mais havendo a tratar, a Controladora Geral do Município, Maria Onézia dos Anjos Sousa agradeceu a colaboração da população na elaboração do PPA (2014-2017) e convidou e o Senhor prefeito do município, José Edson de Carvalho que encerrou a audiência e, Eu, Lívia Rodrigues dos Santos, lavrei a presente ata que vai por mim e pelos demais participantes da audiência pública devidamente assinada.

ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Elesbão Veloso

ELESBÃO PARA TODOS

C.N.P.J. (MF) 06.554.844/0001-60 **FONE:** (86) 3285.1152
END: Praça José Martins, 41 , Bairro Vermelha **CEP** - 64.325-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELESBÃO VELOSO (PI)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

COMUNICADO

A comissão permanente de licitações comunica aos interessados e participantes do certame licitatório Tomada de Preços nº. 032/2013, Processo Administrativo nº. 059/2013, que o mesmo foi considerado **DESERTO,** nos termos da lei 8.666/93, em virtude da decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitação em face dos recursos Administrativos Interportos referente à fase de Habilitação, onde os mesmos receberam provimento, **INABILITANDO** os concorrentes que haviam sido habilitados anteriormente. Sendo a decisão ratificada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, o Exmo. Sr.º Prefeito, esta Comissão Permanente de Licitação deverá tomar as medidas necessárias para realização de um novo CERTAME LICITATÓRIO, a fim de que a Administração Municipal não sofra com as consequências da não realização do procedimento.

Elesbão Veloso – PI, 08 de novembro de 2013.

Josemar Cerqueira Frota
Presidente da CPL

ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Elesbão Veloso

ELESBÃO PARA TODOS

C.N.P.J. (MF) 06.554.844/0001-60 **FONE:** (86) 3285.1152
END: Praça José Martins, 41 , Bairro Vermelha **CEP** - 64.325-000

DECISÃO AUTORIDADE SUPERIOR

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 032/2013 – TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO **nº 059/2013.**

RAZÕES: JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

OBJETO: **Contratação de empresa para Construção 01 (uma) Quadra Poliesportiva Coberta, de área igual a 980,40 m² na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental "Unidade Escolar Joana Nonata da Silva" no Município de Elesbão Veloso.**

RECORRENTES: CONSTRUTEC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME, CNPJ: 13.769.056/0001-57 e B. M. CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA, CNPJ: 06.108.416/0001-04.

RECORRIDA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

De acordo com o § 4ª do Art. 109 da Lei nº 8.666/93 e com base na análise efetuada pela Comissão Permanente de Licitação, RATIFICO as decisões (**Nº 110701/2013** E **Nº 110702/2013**) proferidas em sede de recurso nos termos do Edital nº 032/2013.

Elesbão Veloso (PI), 07 de novembro de 2013.

José Ronaldo Gomes Barbosa
Prefeito Municipal